

GRAMSCI NA TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS

Gramsci in International Relations Theory: an analysis of concepts
Gramsci en la Teoría de Relaciones Internacionales: un análisis de los conceptos

Érika Laurinda Amusquivar¹

RESUMO

Esse artigo deriva do I Encontro Virtual Regional Sudeste promovido pela IGS-Br e tem como objetivo introduzir historicamente Antonio Gramsci na Teoria das Relações Internacionais (TRI) e discutir os principais conceitos gramscianos que se inserem no debate teórico da área. Situando-se no debate entre Positivistas versus Pós-positivistas, Gramsci exerce uma importante inflexão nos estudos teóricos na medida em que os conceitos como o nacional-internacional, hegemonia e Estado passam a serem centrais no debate, ao trazer uma nova interpretação conceitual e metodológica no campo das Relações Internacionais. E, apesar dos escritos gramscianos avançarem também na área internacionais, alguns autores como Robert Cox, Stephen Gill, Craig Murphy introduzem tais conceitos nas TRI, mas não aprofundam com o devido mérito. Tal inserção demanda um campo de estudos com uma análise mais fundamentada em Gramsci, tanto de seus conceitos e quanto dos métodos também no campo internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. nacional-internacional. Hegemonia. Teoria das Relações Internacionais

ABSTRACT

This article derives from the I Virtual Meeting Regional Southeast promoted by IGS-Br and aims to historically introduce Antonio Gramsci in the Theory of International Relations (TRI) and discuss the main Gramscian concepts that are inserted in the theoretical debate of the area. Standing in the debate between Positivists versus Post-positivists, Gramsci exerts an important inflection in theoretical studies as concepts such as national-international, hegemony and State become central in the debate, new conceptual and methodological interpretation in the field of International Relations. And although Gramscian writings also advance in the international field, some authors such as Robert Cox, Stephen Gill, Craig Murphy introduce such concepts in the IRT, but do not delve with due merit. Such insertion demands a field of study with a more grounded analysis in Gramsci, both of its concepts and of the methods also in the international field.

KEYWORDS: State. national-international. Hegemony. Teory of International Relations.

RESUMÉN

Este artículo deriva del I Encuentro Virtual Regional Sudeste promovido por la IGS-Br y tiene como objetivo introducir históricamente a Antonio Gramsci en la Teoría de las Relaciones Internacionales (TRI) y discutir los principales conceptos gramscianos que se insertan en el debate teórico del área. Situándose en el debate entre Positivistas contra Pospositivistas, Gramsci ejerce una importante inflexión en los estudios teóricos a medida que los conceptos como el nacional-internacional, hegemonía y Estado pasan a ser centrales en el debate, al aportar una nueva interpretación conceptual y metodológica en el campo de las Relaciones Internacionales. Y, a pesar de que los escritos gramscianos avanzan también en el área internacional, algunos autores como Robert Cox, Stephen Gill, Craig Murphy introducen tales conceptos en las TRI, pero no profundizan con el debido mérito. Tal inserción demanda un campo de estudios con un análisis más fundamentado en Gramsci, tanto de sus conceptos y como de los métodos también en el campo internacional.

PALABRAS-CLAVE: *Estado. nacional-internacional. Hegemonía. Teoría de las Relaciones Internacionales.*

INTRODUÇÃO

Esse texto deriva da apresentação da mesa do I Encontro Virtual Regional Sudeste, evento promovido pela *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Br) em 05 de junho de 2023. A iniciativa desse encontro partiu de um esforço em dar notoriedade às discussões regionais que integram a IGS-Br e que derivou em debates em diferentes áreas. Agradeço a organização do evento, em especial na figura dos professores Marcos Francisco Martins (UFSCAR), Rodrigo Passos (UNESP), mediador da segunda mesa que integrou esse evento, além da equipe de apoio, professora Deise Rosalio (UFMG) e Marcelo Domingues. Nessa mesa, professor Leonardo Ramos (PUC-MG) e eu discutimos sobre o pensamento de Gramsci nas Relações Internacionais e, diante de tantas afinidades, é possível repensar a forma como qual os debates teóricos são travados. Minha fala nesse encontro teve como objetivo resgatar alguns debates no campo das Relações Internacionais que, com a ampliação de novos temas, possibilitaram a inserção do pensamento gramsciano, sobretudo aquelas primeiras teorias pós-positivistas, em especial da Teoria Crítica, que foram responsáveis por introduzir os conceitos-chave para a interpretação desses novos fenômenos a serem estudados no sistema internacional. Traduzo-o em forma de texto ensaístico a ser publicado no dossiê na Revista *Práxis e Hegemonia Popular*, novamente como iniciativa do IGS-Br em

divulgar tantos trabalhos e pesquisas em Gramsci.

Os estudos de Antonio Gramsci ganham notoriedade nas Relações Internacionais a partir dos anos 1980, momento em que os debates teóricos da disciplina refletem justamente a insatisfação com as teorias tradicionais, as chamadas teorias positivistas. Nessa época se abriu um campo plural para a reivindicação de temas até então marginalizados pelos estudos internacionais. Antes, porém, a área de estudos tinha sido forjada de debates a partir de uma visão estadocêntrica e eurocêntrica.

Desde a criação da cátedra de Relações Internacionais em 1919 no Reino Unido ao final da I Guerra Mundial, as teorias das Relações Internacionais têm sido pensadas a partir de delimitações do Estado em termos de conter o grande conflito bélico envolvendo as grandes potências. Apesar das relações internacionais (enquanto fenômeno) ter o marco em 1648 com o Tratado de Westphália, em que se colocou fim às Guerras Religiosas e, no lugar, se traçou a soberania dos Estados, os paradigmas das RI giraram em torno de grandes debates teóricos no século XX.

O primeiro debate foi marcado pelo embate clássico entre Realismo *versus* Idealismo na década de 1930, considerado ontológico uma vez que se ocupava em entender as origens de seu próprio objeto de estudos motivada sobretudo pelo conflito entre os Estados que culminaria na I Guerra Mundial. O segundo debate na década de 1950 Tradicionalismo *versus* Behaviorismo na qual propunha um debate metodológico entre o aprimoramento da disciplina enquanto científica e o debate histórico. O terceiro debate (alguns teóricos consideram um debate intermediário) ocorre na década de 1970 o debate proposto pelo Neoinstitucionalismo liberal *versus* Neorrealismo buscando revisitar elementos do primeiro debate. E, diante da crise epistemológica que passa a surgir em outros campos das ciências sociais a partir do final dos anos 1980 e início dos 1990 em diante, o quarto e último debate, Positivismo *versus* Pós-Positivismo provém de questionamento de natureza mais epistemológica. Esse debate se torna o mais denso e complexo, sobretudo a inclusão de novos temas para a área, a partir de novas teorias, cuja finalidade era tecer uma crítica às teorias positivistas ao se emancipar das chamadas hegemonias ideológicas as quais as teorias das relações internacionais se debruçaram até então. Há uma notória diferenciação entre conhecimento/valor, conhecimento/ realidade e conhecimento/ poder. Em outras palavras, existe uma relação indissociável entre conhecimento e poder. Assim, como o campo de estudo das relações internacionais, as teorias pós-positivistas se dedicam a entender a lógica

do poder, o conhecimento passa a ser também um campo de pesquisas nessa área.

Autores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Pierre Bourdieu, Jean Baudrillard e Giles Deleuze foram incorporados ao debate que, apresentam basicamente o reconhecimento de que o pensamento ocidental é uma forma de poder moderno e, desse modo, a hierarquização entre o dominante- dominado também passa pelas formas de conhecimento científico. É importante frisar que as teorias das relações internacionais incorporam tais debates de uma forma tardia e tangenciada cronologicamente, de modo que os estudos se aprofundam, esses ficam cada vez mais complexos. Isto porque tais debates iniciam nos anos 1970 no campo das ciências sociais, momento esse em que o campo de estudos das relações internacionais passam a se preocupar com o debate paradigmático entre o neorrealismo e o pluralismo neoliberal diante da emergência das guerras na periferia, como foi o caso emblemático da Guerra do Vietnã, crise do petróleo, crise de Bretton Woods, entre outros fenômenos históricos e apenas nos anos 1980 ganham notoriedade no chamado debate Positivismo *versus* Pós positivismo, ou como Robert Keohane (1984) propôs, entre racionalistas (realistas e liberais) e reflexistas (feministas, teóricos críticos, construtivistas, pós-modernos, pós estruturalistas, pós-colonialistas e outras abordagens que se aproximavam do caráter crítico do pensamento, que deu origem a um debate mais aprofundado sobre a própria forma de entender as relações internacionais, uma vez que tais eventos culminaram na reflexão sobre sua episteme, até então *mainstream* das teorias das Relações Internacionais. Desse modo, os paradigmas das Relações Internacionais passaram a ser reavaliados.

Foi assim que os escritos de Antonio Gramsci foram trazidos para o campo das teorias das Relações Internacionais, por meio das teorias pós-positivistas, em especial a Teoria Crítica. Robert Cox (1983; 1993), professor canadense de Relações Internacionais, talvez tenha sido o autor mais famoso por incluir inicialmente o pensamento gramsciano na área de estudos internacionais em um importante artigo publicado na revista *Millenium* de 1983 chamado “Gramsci, hegemonia e relações internacionais”, que dez anos mais tarde (em 1993) republicaria juntamente com o também o professor britânico Stephen Gill (2007) o livro *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Gill foi um dos autores desses de primeira geração que mais seguiu à risca os conceitos gramscianos. Em 1991 Cox, juntamente com Timothy Sinclair organizaram um compilado de textos publicados entre 1950 e 1980 de diversos autores que se consideram não-*mainstream* no livro *Aproaches to*

World Order (1996), entre eles os italianos Giovanni Arrighi (1996) e do diplomata Enrico Augelli (1989), passando por Craig Murphy (1994), Kees van der Pijl (2007) – todos eles se mostraram inclinados a beber dos conceitos gramscianos, porém em nenhum deles sua base é o pensamento propriamente em Gramsci.

Esse grupo de autores, no entanto, buscou compreender os conceitos-chave para que pudessem reinterpretá-los nas Relações Internacionais. Stephen Gill, por exemplo, chega a mencionar esses estudos como a “nova escola italiana’ de relações internacionais” (GILL, 2007, p. 65). De fato, foram esses autores responsáveis em trazer Gramsci ao campo de estudo, mas com várias adaptações em seus conceitos, tanto que ganham também a denominação de escola neogramsciana. Colocam um pouco de Gramsci em suas análises, sobretudo no campo da Economia Política Internacional. Muitos desses autores tinham uma ponte com as organizações internacionais, como foi o caso de Cox, que durante muitos anos trabalhou na OIT – Organização Internacional do Trabalho –, mas não apenas Gramsci; tinha também Marx, Fernand Braudel, Karl Polany, pensadores da Escola de Frankfurt. E eles buscaram nessa tentativa contribuir com os novos desenvolvimentos do materialismo histórico, de acordo com suas próprias palavras, para entender a nova realidade de um capitalismo cada vez mais transnacionalizado, com classes capitalistas transnacionais e organizações internacionais cada vez mais atuantes.

Segundo ainda esses autores gramscianos, as notas de Gramsci sobre as relações internacionais foram relacionadas à reconstrução do pensamento histórico-materialista. E, articuladas a uma preocupação de um sistema internacional cada vez menos estadocêntrico e mais pautado nas relações sociais e outros fenômenos transnacionais, os conceitos gramscianos foram ganhando espaço na agenda de pesquisa desses autores.

Assim, conceitos como hegemonia, revolução passiva, bloco histórico, Estado, nacional-internacional, guerra de posição, de movimento, sociedade civil entre outros conceitos ganharam uma tradução, adaptando-os à situação internacional. Diante dos longos debates sobre os conceitos, não seria possível analisar todos esses que ganharam destaque por esses autores, mas é possível destacar os conceitos de **nacional-internacional**, **hegemonia** e **Estado**, conceitos esses que se inserem diretamente aos debates na área das Relações Internacionais.

NACIONAL-INTERNACIONAL: DA FRONTEIRA DAS RI AO NEXO ORGÂNICO

GRAMSCIANO

Diferentemente da concepção muito usual nas análises geográficas das relações internacionais – de que o nacional e o internacional estejam separados por limites territoriais –, Gramsci em seus escritos carcerários deixa claro que não se trata de conceber uma unidade do Estado em si em termos de linhas geográficas, mas por um sentimento de pertencimento dentro da subjetividade do nacional. Assim, ao se referir ao nacional deve-se internalizar diferentes grupos, ainda que existam diferenciações entre grupos dominantes e subalternos. Vale destacar também que esses grupos dispõem de diferentes culturas e, por isso, não compõem necessariamente esse sentimento do nacional; nesse caso não há uma contraposição ao nexo internacional, mas dentro de uma construção histórico-social dentro dos contornos territoriais já delimitados.

Esses autores neogramscianos, por sua vez, em diversas ocasiões apontavam que Gramsci tinha pouco a dizer sobre as relações internacionais, por isso se propunham a traduzir os conceitos às teorias das relações internacionais, especialmente Cox (1996; 2002). Mas em diversos cadernos carcerários, Gramsci se refere propriamente às relações internacionais, mais especificamente em 19 parágrafos, sendo boa parte desses escritos sobre o seu lugar, a Sardenha, bem como as características italianas se comparadas ao resto da Europa. Gramsci também situa o país historicamente, resgatando o desenvolvimento italiano desde o Império Romano, e chegando à Itália de seu tempo. Deve-se levar em consideração que Gramsci apresenta o contexto internacional tomando por ponto de partida o desenvolvimento que o interior do Estado apresenta. Isto significa que o impacto que o internacional tem sobre o nacional depende das relações sociais mais ou menos desenvolvidas no interior do Estado. E uma passagem do Caderno 13, Gramsci se questiona se as relações internacionais precedem ou derivam das relações sociais fundamentais. E seu entendimento é que derivam, pois segundo ele, qualquer inovação orgânica da estrutura social modifica organicamente as relações – tanto absolutas quanto relativas – no campo internacional (GRAMSCI, 1975, Q13, §2, p. 1562)². Por isso que no nexo nacional-internacional, o Estado-nação seria ‘ponto de partida’ de sua análise e, portanto, o momento internacional só poderia suceder o nacional”. Desse modo, Gramsci discute que as relações internas possuem um nexo orgânico da qual as relações internacionais fazem parte.

Em todas as passagens, Gramsci sublinha diversas vezes que as relações internas possuem um laço orgânico que não pode se dissociar das relações internacionais, criando

novas combinações originais e historicamente concretas. Segundo Gramsci, “deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-nação se entrelaçam com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas” (GRAMSCI, 1975, Q13, §17, p. 1585).

Mais ainda, há um equilíbrio de forças, sobretudo ao se pensar as classes dominantes sobre as subalternas. Gramsci mesmo afirma que o nacional seria uma abstração, se considerada fora do nexos internacional. Ao mesmo tempo, a personalidade nacional expressa uma “especificação” do internacional, portanto ligadas às relações internacionais. Por isso, é necessário levar em consideração o desenvolvimento das classes em cada processo histórico e conectá-las de modo a estabelecer esse nexos orgânico.

Gramsci, portanto, não elabora uma distinção dicotômica entre nacional e internacional tal como as abordagens contemporâneas sobre o assunto em questão, mas se tratam um nexos orgânico entre nacional e internacional. Já as teorias clássicas das relações internacionais, sobretudo as positivistas sempre trataram de duas oposições: nacional *versus* internacional. A teoria crítica, derivada da Escola de Frankfurt e também das abordagens gramscianas, começa a quebrar tal paradigma, ainda que se se valha pelo argumento do transnacional para inserir uma nova categoria à distinção clássica entre nacional e internacional. Por isso que os neogramscianos, por outro lado, internalizam pouco essa abordagem que se inspira em Gramsci, o que torna a tradução desses conceitos um híbrido entre as delimitações geográficas clássicas das teorias das relações internacionais positivistas e os conceitos discutidos por Gramsci nos cadernos carcerários.

ESTADO: DA VISÃO ESTADOCÊNTRICA DAS RI AO ESTADO AMPLIADO GRAMSCIANO

Outro conceito que também foi tratado pelos neogramscianos dentro das teorias das relações internacionais foi o Estado. Para Gramsci, o Estado não é concebido somente por limites territoriais, mas por uma formação de grupos a partir de seu desenvolvimento histórico e disputas entre eles para formar o que denominou “organismo vivo”³. A formação do Estado está ancorada a uma concepção orgânica na qual este Estado não é determinado somente pelas condições territoriais, nem por uma condição dicotômica, tal como as relações internacionais se utilizam. Sobre esse tema os neogramscianos possuem uma crítica ferrenha sobre a forma de interpretar o Estado. Não se trata de enxergar as relações internacionais

como uma relação entre Estados. Tampouco concebê-los como “bolas de bilhar”, tal como o neorealismo proposto por Kenneth Waltz (2011), ociosos por dentro, sem relevância no plano interno, apenas no internacional se considerá-lo a partir da dinâmica das relações internacionais.

Em um importante parágrafo no Caderno 6, Gramsci utiliza a definição de Estado juntamente a de hegemonia, na seguinte formulação: “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 1975, Q6, §88, pp. 763-764). O Estado para Gramsci, portanto, seria composto pela unidade analítica denominada sociedade política, isto é, o aparelho governamental administrativo, e também pela sociedade civil, em seu interior grupos – que por meio disputa pelo projeto de poder usam o recurso da força para se tornar dominantes e, por meio do consenso, se tornam dirigentes - e subalternos. Essa sociedade civil está profundamente imersa na disputa política por meio de um projeto de poder.

É Estado orgânico, formado pela sociedade política e sociedade civil em que, em linhas gerais se tem a leitura de que o Estado estaria encarregado da coerção enquanto que a Sociedade civil trataria da hegemonia, muito embora essa divisão não seja tão clara assim na prática.

Cox defendia que “Gramsci não ignorava de forma alguma o Estado para tratar as relações internacionais, pois ele continuava sendo a entidade básica das relações internacionais e o lugar onde os conflitos sociais aconteciam” (COX, 2007, p. 113). E justamente por perceber que o Estado é a unidade básica das relações internacionais que a Teoria Crítica compartilha do conceito de Estado em Gramsci, muito embora, essa tradução não seja tão fácil, uma vez que a correlação de Sociedade Política, Sociedade Civil não se encontra correspondentes no plano interno, visto que, novamente, se esbarra na compreensão da dicotomia entre nacional-internacional.

HEGEMONIA: DA LIDERANÇA DO ESTADO NAS RI À METÁFORA DO CENTAURO MAQUIAVELIANO EM GRAMSCI

Mas apesar dos conceitos discutidos aqui serem discutidos nas teorias das relações internacionais, nenhum conceito é mais utilizado senão o conceito de **hegemonia** em Gramsci. A hegemonia passou a representar um elo no qual liga o nacional ao internacional, segundo Cox, uma vez que a proposição das relações de força no plano interno poderia ser

adaptada às relações internacionais. Ligado à matriz maquiaveliana em seu famoso capítulo 18, a hegemonia também seria o equilíbrio entre força e consenso, em uma alusão à metáfora do Centauro, que era constituído metade humano (boas leis), metade fera (boas armas) (MAQUIAVEL, 1996 p. 83).

O conceito de hegemonia concebida por Gramsci é deveras complexo e, por essa razão, é discutido diversas vezes nos cadernos carcerários. O autor sardo também se refere à hegemonia como aquilo que ele se refere por relações moleculares, mas que também está relacionado com as relações entre os Estados. Por outro lado, a concepção de hegemonia no plano internacional para os neogramscianos, não se refere a uma ordem entre os Estados medida pelo uso da força (mais especificamente por armas) tais como as teorias tradicionais positivistas apontam, mas como uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante capaz de penetrar em outros países não apenas das relações de produção, mas as relações sociais com uma estrutura política que congrega um projeto de poder. Trata-se de construir o conceito de hegemonia mundial, que segundo os neogramscianos, sobretudo por Cox, deve ser entendida por 3 estruturas simultâneas: sociais, econômicas e políticas, sobretudo pela classe capitalistas transnacional (que funcionaria como uma espécie de classe social dominante proveniente da sociedade civil) ou até mesmo pelos organismos internacionais.

O que esses neogramscianos incorporaram pouco foi, que grupo dominante, que pode ser também dirigente e os projetos hegemônicos que se encontram na Sociedade Civil imersos em uma ideologia construída a partir de desenvolvimento histórico, social, educacional, como se apenas a economia, política e o aparato militar importasse. Absorvem pouco os fatores culturais, históricos, geopolíticos entre outros elementos que compõem a hegemonia. Avançam no sentido de traduzir o conceito, mas essa tradutibilidade se mostra ainda insuficiente para compreender todos os elementos nas relações internacionais, relações essas não entendidas apenas entre os Estados.

A ABORDAGEM NEOGRAMSCIANA NAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ENCONTRO NECESSÁRIO

Diante de todas as tentativas desses autores buscarem aproximar e adaptar os conceitos de Gramsci às teorias das RI, é certo que a primeira tentativa em fazer uma tradução desses conceitos sofreu muitas críticas, muitas delas até mesmo endossadas pelos

próprios neogramscianos: eles não se reconhecem enquanto gramscianos. Mas abriu-se um campo de estudos necessários para que uma nova onda de autores, mais cautelosos em fazer essa tradutibilidade, tomando como ponto de partida os prismas de Gramsci sobre as relações internacionais a partir dos escritos carcerários, respeitando a filologia vivente a qual Gramsci tanto prezava.

As teorias intituladas neogramscianas, mais precisamente, de primeira geração, inovam ao introduzir os estudos de Gramsci para esse campo de estudo, comprovando que se trata de uma área de estudos ainda muito embrionária dos escritos de Gramsci para o campo de estudos das relações internacionais. Segundo Velasco e Cruz,

o que sobretudo interessa aos neogramscianos são essas noções básicas [dos conceitos]. As quais eles acreditam poder empregar legitimamente em suas análises sobre as transformações recentes do capitalismo e o peso crescente dos processos e forças transnacionais. O que Robert Cox, Stephen Gill e o próprio Craig Murphy, entre outros, se propõem a fazer é ajustar semanticamente as categorias de Gramsci de forma a torná-las operativas no contexto das Relações Internacionais (VELASCO E CRUZ, 2000, p. 42)

Mesmo recorrendo aos conceitos básicos, seria um contrassenso encaixar essa tradução do pensamento de Gramsci nas relações internacionais sem levar em consideração os nexos orgânicos. Por isso que os estudos recentes de Adam David Morton, Peter Thomas, Peter Ives, Nicola Short, Bob Jessop (MORTON, 2007a, 2007b; THOMAS, 2009; IVES E SHORT, 2013; JESSOP, 2005), entre outros autores e autoras começam a desvendar um pouco melhor esses conceitos a partir de uma base filológica mais sólida, na qual se respeitam o pensamento de Gramsci e fazem essa tradutibilidade com um pouco mais de cuidado metodológico, abrindo um longo caminho para que as análises gramscianas adentrem a uma área tão importante, sensível também aos olhares de Gramsci: as relações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer os conceitos analisados nesse artigo – nacional-internacional, Estado e hegemonia – para endossar a crítica às proposições de autores que se propuseram a introduzir Gramsci nas teorias das relações internacionais, os chamados neogramscianos de primeira geração, fica mais claro entender porque a tradução feita por eles no campo de estudos internacionais se tornam necessárias, porém insuficientes, uma vez que aparece como um dos desdobramentos de uma definição dicotômica entre o plano interno e externo,

desconsiderando, portanto, o nexos orgânico que liga o nacional ao internacional. Novamente, não se trata de identificá-los como sinônimos, entendendo suas especificidades dentro de um mesmo processo histórico desigual e combinado. É deficitário, pois os próprios autores que já nos indica que, apesar de fazer uma análise a partir dele, não tem uma visão aprofundada sobre os conceitos de Gramsci e a tradutibilidade. Isso não descaracteriza sua importância, pelo contrário, ela é necessária ao campo das relações internacionais.

Mas assim, como é possível encontrar lacunas para esses neogramscianos de primeira geração, pode-se vislumbrar um grande legado que eles deixaram para o campo teórico das relações internacionais para se pensar novos temas, como a questão da subalternidade, do desenvolvimento desigual e combinado no sistema internacional, do campo da hegemonia e da revolução passiva agora no século XXI, entre outros tantos temas de suma importância e que novos autores e autoras pudessem também percorrer as análises teóricas também nas relações internacionais, dessa vez, primando pela tradutibilidade tão necessária para traduzir, com o devido rigor, os escritos gramscianos também no campo internacional.

Para finalizar, Gramsci é um autor que muito lembrado nas relações internacionais, sobretudo por conta do seu conceito de hegemonia, mas que deva ser estudado com propriedade. Vemos que os escritos de Gramsci ainda podem e devem ser muito estudados no campo das teorias das relações internacionais, levando-se em consideração os devidos cuidados para sua interpretação, ou seja, a tradutibilidade de conceitos também para essa área de estudos. Gramsci é um autor necessário para se compreender as relações internacionais, uma vez que o campo internacional só pode ser compreendido a partir das relações sociais fundamentais. Desse modo, podemos observar uma nova geração de autores e autoras gramscianas que podem (e devem) dar sua contribuição no campo da teoria das relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e a origem do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- AUGELLI, Enrico. **America's Quest for Supremacy in the Third World: A Gramscian Analysis**. London: Pinter Publishers, 1989.

- COX, Robert. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. In: COX, Robert; SINCLAIR, Timothy. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- COX, Robert. **The Political Economy of a Plural World: Critical reflections on Power, morals and civilization**. New York: Routledge, 2002
- GILL, Stephen. (org.) **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2007.
- GILL, Stephen. American hegemony and the Trilateral Commission. Cambridge University Press, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1975.
- IVES, Peter; SHORT, Nicola. On Gramsci and the international: a textual analysis. **Review of International Studies**, n. 39, pp. 621-642, fev. 2013.
- JESSOP, Bob. Gramsci as a Spatial Theorist, Critical. **Review of International Social and Political Philosophy**, 8:4, 2005, pp. 421-437. DOI:10.1080/13698230500204931
- KEOHANE, Robert O. **After Hegemony – Cooperation and Discordy in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORTON, Adam David. A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 29, p. 45-62, nov. 2007a
- MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy**. London: Pluto Press, 2007b.
- MURPHY, Craig N. **International organization and industrial change: Global governance since 1850**. Cambridge, Polity Press, 1994.
- Passos Rodrigo D. F. Três leituras do conceito de hegemonia de Gramsci na ordem mundial e na globalização. **Prisma Jurídico**. 2002, (1), 93-110 Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93400108>>
- PIJL, Kees van der. O socialismo soviético e a revolução passiva. In: GILL, Stephen. (org.) **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Edufrj, 2007.
- THOMAS, Peter. **The Gramscian moment: philosophy, hegemony, and marxism**. Leiden, Boston: Brill, 2009.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. Um outro olhar: Sobre a análise gramsciana das organizações internacionais. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 nº 42 fevereiro, 2000.
- WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2011.

NOTAS

1. Professora Adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB). Endereço eletrônico: erika.amusquivar@unb.br. ORCID: [0000-0001-8057-2866](https://orcid.org/0000-0001-8057-2866)
2. Para identificarmos os Cadernos carcerários, citaremos da seguinte forma: “Q” para indicar qual Caderno se refere seguido de “§” para identificar o parágrafo e a página de referência
3. Importante ressaltar que o “organismo vivo” retratado por Gramsci nada se assemelha à concepção de *Lebensraum* da geopolítica clássica. Pela ótica gramsciana, o nexos orgânico trazido pelas relações sociais fundamentais se trata de um movimento histórico permeado pelo fator político, enquanto que a concepção geopolítica de *Lebensraum*, ou espaço vital, de *raum* (espaço) *leben* (vida) cunhado pelo geógrafo Friedrich Ratzel na metade do século XIX se refere às necessidades de um Estado em manter suas necessidades, como a expansão territorial e a garantia de recursos à população. Vale destacar que esse conceito foi usado não apenas nas Guerras Mundiais como na expansão nazista da Alemanha.

Recebido em 31 de maio de 2024

Aceito em 31 de maio de 2024

Editado em junho de 2024